



Use o QRCode para
acessar o Caderno
Fé e Cidadania
na internet, com
mais artigos e links
citados.

Caminhos econômicos para a construção do bem comum

A Doutrina Social da Igreja não oferece soluções prontas, mas indica o caminho: nem desânimo nem atalhos autoritários — um pacto social realista, que inclua a todos.

Francisco Borba
Ribeiro Neto*

Diante dos muitos problemas e frustrações com que nos deparamos na economia brasileira, frequentemente temos a tendência de pensar “este País não tem jeito!” A sabedoria cristã, contudo, nos ensina a não desanimar. Os processos que acontecem no tempo superam as conjunturas que nos limitam no espaço (cf. [Evangelii](#)

[gaudium](#), EG 222ss). A Doutrina Social da Igreja não dá soluções para os problemas, mas nos coloca na posição justa para resolvê-los.

Nas palavras de São João Paulo II, “A Igreja não tem modelos a propor. Os modelos reais e eficazes poderão nascer apenas no quadro das diversas situações históricas, graças ao esforço dos responsáveis que enfrentam os problemas concretos em todos os seus aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais que se entrelaçam mutuamente. A esse empenhamento, a Igreja

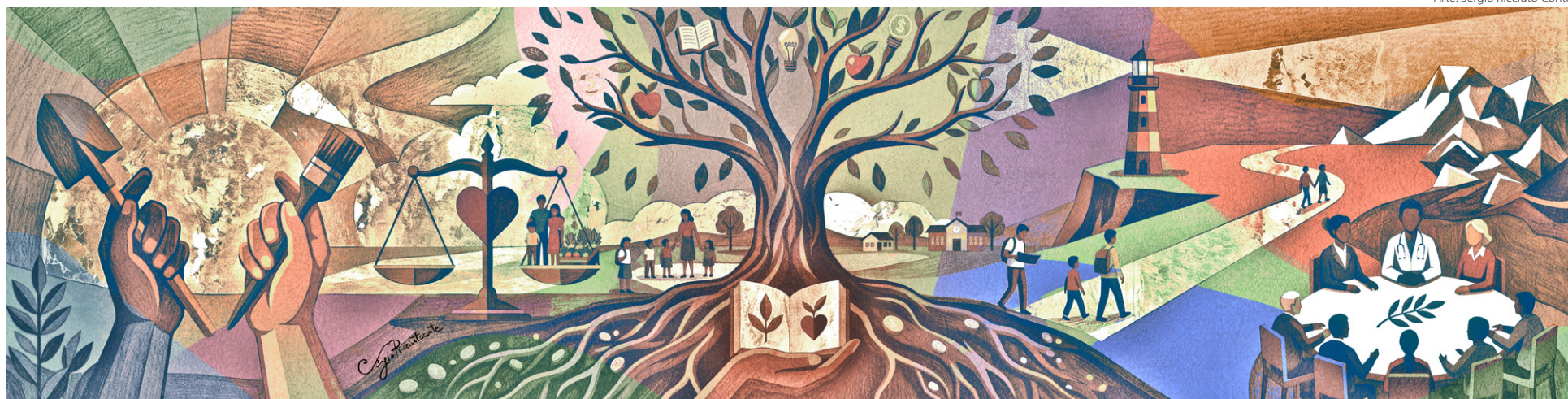
oferece, como orientação ideal indispensável, a própria doutrina social que reconhece o valor positivo do mercado e da empresa, mas indica ao mesmo tempo a necessidade de que estes sejam orientados para o bem comum” ([Centesimus annus](#), CA 43).

Sob essa orientação, este *Caderno Fé e Cidadania* buscou encontrar, tanto na Doutrina Social da Igreja quanto na história recente, o que seria uma posição realista, que não cancela os ideais que nascem da caridade e da solidariedade, mas indica os caminhos

para atingir esses ideais. Apesar da diversidade de propostas econômicas em debate, esta pesquisa revela alguns elementos aceitos por todos. Vemos que as soluções não estão em saídas autoritárias, ideológicas ou polarizadas, mas em um pacto social amplo, que inclua todos os lados e enfrente o conjunto dos problemas do País com realismo e desejo de construir o bem comum.

*Sociólogo e biólogo, editor dos Cadernos Fé e Cultura e Fé e Cidadania do jornal O SÃO PAULO

Arte: Sergio Ricciuti Conte



Economia e esperança à luz da Doutrina Social da Igreja

Entre as perguntas “como se produz riqueza?” e “para que ela serve?”, economia e teologia se encontram na dignidade da pessoa humana.

Pedro Luiz Dias*

Se a economia procura responder como a riqueza é produzida, a teologia pergunta para que ela existe. São perguntas distintas, mas profundamente complementares. Uma sociedade pode alcançar elevado nível de produção e, ainda assim, perder de vista a finalidade maior da atividade econômica: promover a dignidade da pessoa humana e o bem comum.

A Doutrina Social da Igreja (DSI) ensina que o trabalho humano não é apenas um fator de produção. É expressão da própria vocação da pessoa, criada à imagem e semelhança de Deus. O desenvolvimento econômico, portanto, adquire sua plena legiti-

dade quando se coloca a serviço da vida e da promoção integral do ser humano. A tradição cristã sempre valorizou virtudes como a prudência, a responsabilidade e a esperança ativa. Essas virtudes sustentam o trabalho honesto e o empreendedorismo, reconhecendo que o progresso verdadeiro nasce da inteligência colocada a serviço da criação de valor.

Por essa razão, a DSI jamais condenou a riqueza produzida de forma ética e responsável. Ao contrário, reconhece a legitimidade da propriedade privada e da livre iniciativa, desde que orientadas pelo bem comum. Todos aqueles que colocam seus talentos a serviço da sociedade tornam-se colaboradores da obra criadora de Deus. Nesse contexto, os princípios da dignidade da pessoa humana e do

bem comum oferecem critérios seguros para o discernimento das escolhas individuais. A economia não pode ser reduzida à lógica dos números.

O desafio colocado diante do Brasil não consiste apenas em regulamentar um mercado. O desafio maior é fortalecer uma cultura que volte a valorizar o conhecimento, a educação, o trabalho e a responsabilidade como caminhos permanentes para a prosperidade.

A verdadeira riqueza de uma nação não se mede apenas pelo volume de recursos que circulam em sua economia, mas pela capacidade de seu povo de criar, produzir, empreender, inovar e servir ao próximo. É nesse ponto que economia e teologia se encontram. A primeira demonstra os caminhos da prosperidade material; a

segunda recorda que toda prosperidade encontra seu sentido mais elevado quando promove a pessoa humana e fortalece a fraternidade.

O Brasil possui todas as condições para escolher esse caminho. Quando a inteligência se une ao trabalho e a liberdade econômica caminha ao lado da responsabilidade social, a riqueza deixa de ser apenas um indicador estatístico e torna-se instrumento de esperança, porque a verdadeira prosperidade não é fruto do acaso. Ela nasce da inteligência, do trabalho, da ética e da permanente capacidade humana de criar valor e de colocá-lo a serviço da vida.

*Graduado em Comunicação e Ciências Jurídicas, bacharel em Teologia pela Faculdade de São Bento. Possui MBA em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas. É missionário leigo da Família Leiga Redentorista.

Caminhos de uma solidariedade realista na economia

Em que a sabedoria cristã pode ajudar o Brasil a vencer seus grandes desafios econômicos? A Doutrina Social da Igreja (DSI) não oferece um modelo econômico específico ou um conjunto de políticas públicas, mas critérios de discernimento para orientar a vida econômica em função do bem comum.

Francisco Borba
Ribeiro Neto*

A economia está a serviço da dignidade da pessoa e do bem comum – nunca a pessoa a serviço do crescimento econômico (cf. [Gaudium et Spes](#), GS 63; [Evangelii gaudium](#), EG 203; [Oeconomicae et pecuniariae quaestiones](#), OPQ 9). Essa é a premissa básica da Doutrina Social da Igreja em relação à economia, um dos [princípios irrenunciáveis](#) com que os católicos devem julgar a política. A tão debatida responsabilidade fiscal, por exemplo, é sempre necessária, mas não é um fim em si mesma. Nem deve visar apenas ao lucro de poucos, mas sim à construção do bem comum – a dívida excessiva compromete a capacidade do Estado de cumprir suas funções sociais.

Bem aplicadas, a solidariedade e a opção pelos pobres, enfatizada na [Dilexi te](#), não são um obstáculo; pelo contrário, permitem que o desenvolvimento socioeconômico e a superação de crises se deem com mais rapidez e eficiência (cf. [Compêndio da Doutrina Social da Igreja](#), CDSI 193). Priorizar os mais frágeis não exclui os demais: como dizia Francisco, para “ser irmão de todos” é preciso começar por “ser irmão dos últimos” (cf. Fratelli tutti, FT 287). Mas a solidariedade deve vir combinada com a subsidiariedade: a função do Estado é apoiar, não controlar, a vida social, o protagonismo pessoal e o empreendedorismo. Daí a formulação de [Caritas in Veritate](#) sobre

um sistema com três sujeitos – mercado, Estado e sociedade civil (CV 38). O mercado é o espaço por excelência do protagonismo empreendedor, mas não pode prescindir do acompanhamento do Estado e da sociedade civil, sob risco de deixar de servir ao bem comum e permitir que poucos destruam a própria liberdade econômica (CDSI 351-352).

Por fim, a DSI se orienta por um pragmatismo que não se sujeita a esta ou àquela corrente político-econômica, mas busca na prática o que constrói o bem comum. Reconhece que, na economia como na medicina, o que cura também pode matar, conforme a necessidade do paciente e a dosagem aplicada. Por isso, rejeita soluções categóricas e preconcebidas, como “o

Estado sempre deve diminuir” ou “só o Estado garante o bem comum”. Da mesma forma, em um contexto de grande desigualdade econômica, enfatiza os direitos dos pobres e dos trabalhadores diante do poder econômico; em um contexto de autoritarismo estatal, a liberdade dos grupos sociais e dos agentes econômicos.

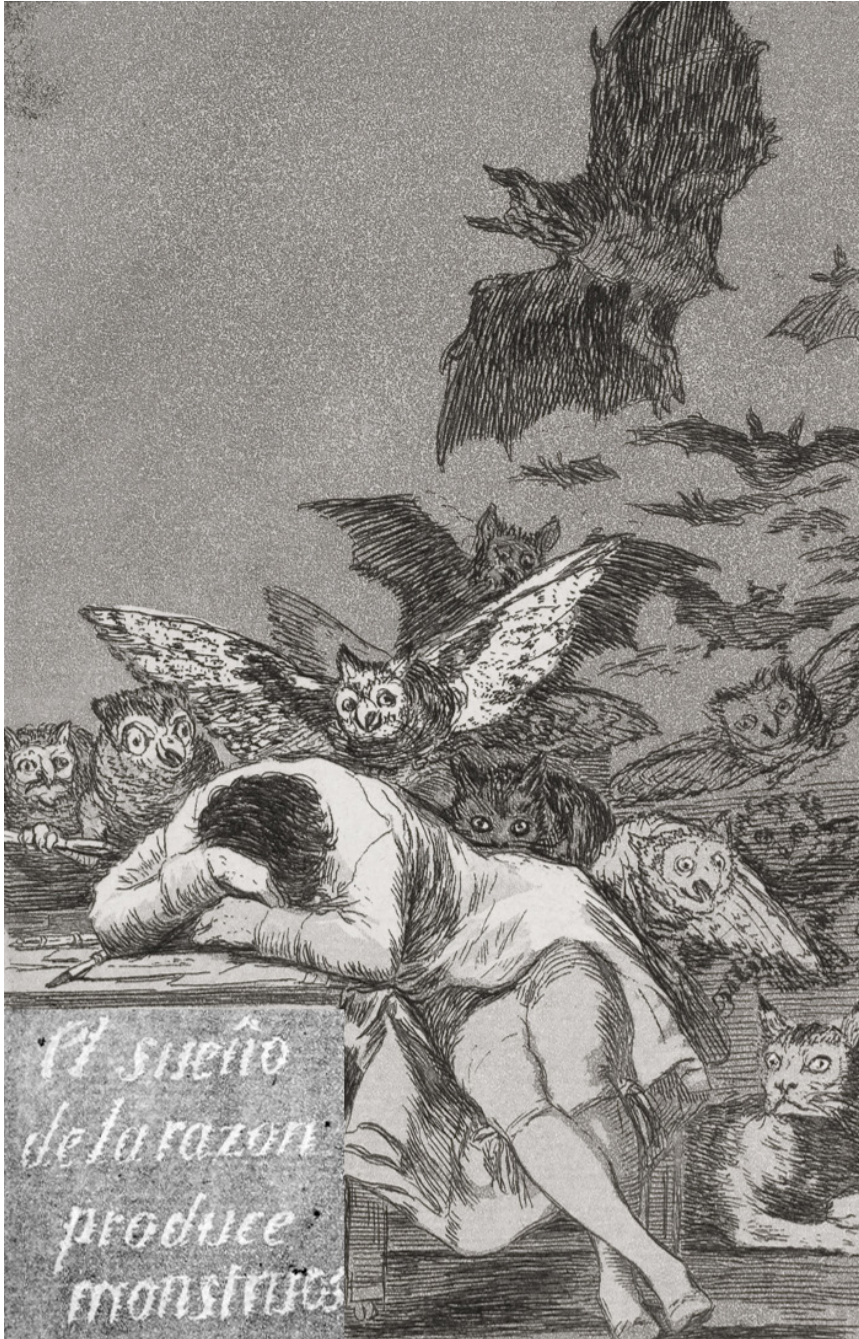
Na prática, a aplicação da DSI deve dialogar com a realidade histórica e a teoria econômica – nunca de modo dogmático, sempre ciente de que a economia é meio, não fim em si mesma, com mecanismos que não podem ser ignorados em nome de um voluntarismo autocentrado, ainda que bem-intencionado.

*Sociólogo e biólogo, editor dos Cadernos Fé e Cultura e Fé e Cidadania do jornal O SÃO PAULO

O Estado e o desenvolvimento

O debate ideológico sobre a presença do Estado na economia frequentemente omite duas observações empíricas: (1) a imensa maioria dos casos de desenvolvimento econômico bem-sucedido após a Segunda Guerra Mundial contou com apoio e regulação ativos do Estado; (2) o problema central não é a presença ou ausência de ação estatal, mas a sua qualidade – as intervenções precisam ser competentes, eliminar favorecimentos e fatores de ineficiência, e gerenciar os riscos que a própria intervenção gera.

F. GOYA, O sono da razão produz monstros. Fonte: Wikimedia



Redação

Poucos debates econômicos são tão marcados por ideologia e tão pouco testados pela evidência histórica quanto o papel do Estado no desenvolvimento. A narrativa de que mercados livres e Estados enxutos geram prosperidade, e a intervenção estatal, atraso, virou senso comum em certos círculos. Mas os casos concretos de desenvolvimento bem-sucedido desde 1945 contam outra história.

No Leste Asiático, Japão, Coreia do Sul e Taiwan cresceram não por desregulação, mas por intervenção deliberada: crédito dirigido a setores estratégicos, proteção seletiva de indústrias nascentes e metas de exportação para grandes conglomerados. A China pós-1978 mostrou que a liberdade de empreender é fundamental para o desenvolvimento econômico, mas manteve forte presença estatal em setores-chave, com o Estado orientando o desenvolvimento.

Na Europa, o padrão se repete: a economia social de mercado alemã combina regulação estatal robusta com proteção social extensa, e Suécia, Dinamarca e Noruega mantêm gasto público altíssimo sem perder competitividade internacional. França e Itália se desenvolveram no pós-guerra com planejamento estatal e nacionalização de setores estratégicos.

Os experimentos de Estado mínimo tiveram resultados bem mais ambíguos. O Chile dos Chicago Boys, sob Pinochet, viveu uma crise financeira grave em 1982, causada pela desregulação bancária,

e precisou de intervenção estatal para se recuperar. A América Latina sob o Consenso de Washington, nos anos 1980-90, enfrentou crises recorrentes e crescimento medíocre – em contraste com o desempenho asiático no período.

A intervenção estatal, contudo, também tem riscos, e a crise financeira asiática de 1997 é o alerta mais claro: bancos e conglomerados coreanos e do Sudeste Asiático se endividaram pesadamente, confiantes em socorro estatal implícito. Quando o capital estrangeiro de curto prazo saiu subitamente, a fragilidade acumulada por décadas de crédito dirigido veio à tona – prova de que mesmo intervenções competentes, como a coreana, geram riscos próprios.

A conclusão que emerge não é que o Estado deva ser grande ou pequeno, mas que sua qualidade determina o resultado. Intervenções bem-sucedidas exigem competência técnica, mecanismos contra favorecimento e ineficiência, capacidade de administrar os próprios riscos. O debate sobre “mais” ou “menos” Estado esconde a pergunta mais relevante: que tipo de Estado, com quais instituições, sustenta o desenvolvimento sem sucumbir às distorções que ele mesmo produz?

A Doutrina Social da Igreja, da [Rerum Novarum](#) (1891) a [Magnifica humanitas](#) (2026), sempre manteve cautela tanto diante da atividade econômica desregulada e do Estado ausente quanto do intervencionismo que sufoca a livre iniciativa. A sabedoria da Igreja reconhece o que a ideologia quer ocultar — nosso desafio é aderir a ela com inteligência e liberdade.

Dívida, industrialização e desindustrialização: como a economia brasileira se tornou o que é hoje

De Getúlio Vargas a Lula, passando pelo período militar, a dívida que ergueu a indústria transformou-se na dívida que hoje assombra o País, enquanto a manufatura perde espaço para o mesmo modelo agroexportador que o Brasil tentou superar há quase cem anos.

Redação

Para entender por que o Brasil discute hoje juros tão elevados, uma dívida pública em expansão e uma indústria que perde espaço na economia, é preciso retornar ao momento em que o País decidiu, pela primeira vez de forma deliberada, que seria o Estado – e não apenas o mercado externo de café, principal produto de exportação à época – a alavancar o desenvolvimento.

O Estado como motor e a substituição de importações. O projeto de industrialização brasileira nasceu, em grande parte, como resposta à crise de 1929, que havia derrubado o preço do café e escancarado os limites de uma economia agroexportadora dependente de um único produto. A partir de 1930, os governos passaram a estimular deliberadamente a produção interna de bens que antes eram importados e criaram estatais em setores considerados estratégicos: a Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941, e a Petrobras, em 1953. A lógica era que setores pesados de infraestrutura e insumos básicos exigiam capital e prazo de maturação que o setor privado brasileiro, ainda incipiente, não tinha condições de bancar sozinho, enquanto a industrialização viria com a substituição de bens importados por aqueles produzidos no País.

Juscelino Kubitschek deu a essa estratégia uma versão mais ambiciosa. O Plano de Metas, de 1956, prometia “cinquenta anos em cinco”, atraindo montadoras estrangeiras para o País, construindo Brasília como símbolo de um Brasil que se industrializava e se interiorizava ao mesmo tempo. O regime militar, instaurado em 1964, manteve e radicalizou o mesmo receituário: entre 1968 e 1973, o chamado “milagre econômico” fez o PIB crescer a taxas superiores a 10% ao ano, financiado por endividamento externo abundante em um mundo com juros internacionais baixos. Quando o choque do petróleo de 1973 encareceu a energia e ameaçou interromper essa trajetória, o governo dobrou a aposta em vez de recuar: o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), de 1974, aprofundou a substituição de importações rumo a bens de capital e insumos básicos, aumentando ainda mais a dívida externa para sustentar o projeto – uma decisão que pareceria acertada por alguns anos, mas catastrófica logo em seguida.



O contraponto asiático: a industrialização voltada para fora. Enquanto o Brasil e outros países da América Latina apostavam em proteger seu mercado interno da concorrência externa, Coreia do Sul, Taiwan e Japão adotaram uma estratégia diferente: a industrialização orientada para a exportação. Essas economias tiveram planejamento industrial tão ou mais intervencionista que o brasileiro, com crédito direcionado e metas setoriais, mas lá o Estado cobrava resultados, eficiência e competitividade internacional, e não apenas produção voltada para dentro.

Essas diferenças não se devem apenas a uma “vontade política” diversa. Tanto por projeto próprio quanto por pressão de patrocinadores norte-americanos, a ajuda vinha condicionada a um bom desempenho. Uma reforma agrária, no Japão e depois na Coreia do Sul e em Taiwan, havia destruído o poder de oligarquias que, no Brasil, sobreviveram e capturaram o próprio Estado desenvolvimentista para proteger seus interesses. O mercado interno pequeno dessas economias tornava a exportação a única saída, enquanto Brasil,

México e Argentina se permitiram a ilusão de crescer apenas para dentro.

A dívida pública: da crise externa dos anos 1980 ao atual arcabouço fiscal. Do endividamento do II PND nasceu a primeira grande crise fiscal contemporânea do Brasil: quando os Estados Unidos elevaram os juros no fim dos anos 1970, o custo da dívida externa disparou, e o País quebrou em 1982. Seguiu-se a “década perdida”, com estagnação e inflação não resolvida, apesar de planos como Cruzado, Bresser, Verão e Collor.

A estabilidade monetária só veio com o Plano Real, em 1994. Este não resolveu, porém, a fragilidade fiscal: o déficit deixou de ser “pago” pela inflação e passou a ser financiado por dívida sustentada a juros reais altíssimos. Isso forçou o País, a partir de 1999, a gastar menos do que arrecadava – sem contar os juros da dívida – de modo a sobrar caixa suficiente para pagar parte desses juros e impedir que a dívida crescesse. Essa meta, de manutenção do superávit primário, foi formalizada em 2000 pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que impôs metas de resultado, limites a gastos com pessoal e regras de

transparência às três esferas de governo.

O boom de commodities dos anos 2000, puxado pela demanda chinesa, trouxe alívio: superávits primários viraram rotina e a dívida líquida caiu, permitindo ao governo Lula (2003-2010) combinar disciplina fiscal com expansão social e crédito via BNDES. Tal combinação ruiu com o fim do superciclo de commodities, a partir de 2011. Em 2014-2015, desonerações amplas sem corte de gastos produziram o primeiro déficit primário desde 1997; a revelação das “pedaladas fiscais” corroeu a credibilidade do governo e o PIB caiu mais de 3% ao ano em 2015 e 2016.

A resposta veio em 2016, com a Emenda Constitucional do Teto de Gastos, que congelou o crescimento real da despesa por 20 anos – a regra mais rígida já adotada no País. Mas a pandemia obrigou o governo a furá-lo já em 2020, e a dívida bruta chegou a quase 90% do PIB em dezembro daquele ano. Em 2023, o novo Arcabouço Fiscal neutralizou, na prática, o teto, ainda formalmente na Constituição, passando a atrelar o gasto à arrecadação. Mesmo assim, a dívida bruta do governo geral subiu de 76,3% do PIB em 2024 para 81,9% em junho de 2026, o maior nível desde 2021.

Desindustrialização e os desafios atuais. O resultado de todo esse ciclo aparece hoje como desindustrialização precoce. Depois de um pico entre 1985-1986, a participação da indústria de transformação no PIB brasileiro vem caindo, empurrada por juros altos e por um efeito colateral do próprio boom de commodities: a entrada maciça de dólares da venda de minérios e produtos agropastoris valoriza o real, encarecendo os manufaturados brasileiros lá fora e barateando os importados aqui dentro.

O País vem se especializando cada vez mais em exportar commodities, de menor valor agregado, em um eco quase literal do modelo agroexportador que a industrialização dos anos 1930 tentou superar. Somam-se a isso o “Custo Brasil” – sistema tributário complexo, infraestrutura logística precária, burocracia regulatória – e uma produtividade que continua baixa por deficiências crônicas de educação básica e qualificação técnica.

Um Estado que, décadas atrás, se endividou para construir indústria, hoje se endivida para pagar sua própria conta, enquanto a indústria que ele ajudou a erguer perde espaço para o mesmo tipo de exportação primária que o País tentou deixar para trás há quase 100 anos.

A economia em 2027: o desafio da dívida pública e o desenvolvimento em jogo

Sem ajuste fiscal e ganho de produtividade, o Brasil corre o risco de estagnar em meio à dívida crescente.

Francisco Borba
Ribeiro Neto*

No Brasil, a Dívida Bruta do Governo Geral (soma de tudo que União, estados e municípios devem, medida pelo Banco Central) gira atualmente em torno de 82% do PIB, o maior nível desde 2021. O FMI a projeta perto de 100% do PIB já em 2027. O problema não é tanto o tamanho da dívida, mas sim o fato de que ela só cresce. Não seria tão grave se estivesse havendo um aumento sustentado da produtividade, capaz de ampliar a receita fiscal sem elevar a carga tributária. O desequilíbrio fiscal leva a juros mais altos, desvalorização cambial, inflação e perda de confiança. Em consequência, temos corrosão do poder de compra da população, sobretudo dos mais pobres; encarecimento do crédito; piora nas condições de investimento e consumo – comprometendo tanto a vida da população quanto o crescimento econômico.

O ajuste que não vem. Economistas de diferentes matizes apontam a necessidade de um ajuste fiscal plurianual da ordem de 4% do PIB a partir de 2027. Esse percentual não implica um corte automático de igual valor no orçamento de um único ano, mas, na prática, qualquer versão robusta desse ajuste tende a exigir cortes até nas despesas consideradas obrigatórias. O desafio político é grande, pois mudanças em despesas obrigatórias, benefícios e receitas afetam interesses organizados e a vida cotidiana da população, e nenhuma força política quer assumir esse compromisso durante a campanha: ajuste fiscal “não rende voto”.

Quase todo o Orçamento está comprometido com refinanciamento da dívida, aposentadorias, salários, transferências constitucionais, pisos de saúde e educação, benefícios sociais – e esses gastos são obrigatórios justamente para impedir que o governo gaste mal e deixe setores essenciais desguarnecidos. Os recursos que o Executivo pode alocar livremente – a despesa discricionária – variam entre 8% e 11% das despesas obrigatórias, e essa fatia vem sendo espremida pelo crescimento das despesas obrigatórias e pelo orçamento impositivo, que amplia a influência do Congresso ao obrigar o governo a executar as emendas parlamentares aprovadas pelo Legislativo – hoje equivalentes a 25% das despesas discricionárias.

O total de emendas parlamentares pode superar o orçamento anual do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o principal programa federal de investimentos, conforme o ano de comparação. As emendas podem financiar obras e serviços importantes, mas,



Imagem gerada por IA

por serem fragmentadas e determinadas por interesses de cada parlamentar, raramente passando por avaliação sistemática, frequentemente se tornam um gasto ineficiente, que pouco ajuda a resolver problemas sistêmicos.

O ajuste fiscal não depende só da vontade do presidente. A questão relevante para 2027 não é só “quem vai ganhar a eleição”, mas se os eleitos para o Congresso – cujo poder sobre o orçamento cresceu em sucessivas legislaturas, independentemente do partido no poder – estarão dispostos a apoiar o ajuste fiscal e a redução do déficit público. É algo que, até aqui, governistas e opositores têm defendido apenas no discurso: na prática, resistem a qualquer medida que atinja suas próprias bases eleitorais. Sem cooperação entre Executivo e Legislativo, qualquer programa de estabilização fiscal ficará vulnerável.

O motor parado. Existe outro componente na equação: aumentar a produtividade da economia. Como proporção do PIB, a dívida sobe mesmo que o governo corte gastos, sempre que o juro real (já descontada a inflação) for maior do que o crescimento real. Hoje, este juro real está por volta de 10% e o crescimento em 2027 está estimado entre 1% e 2,5% – com produtividade (o valor gerado por cada trabalhador ocupado) quase estagnada. Segundo o Banco Mundial/OIT, entre 2012 e 2024 a produtividade do trabalhador brasileiro (PIB por pessoa ocupada, em paridade de poder de compra) cresceu apenas 0,2% em 12 anos. No mesmo período, a chinesa mais que dobrou (+105,9%), a indiana avançou 51,9%, a norte-americana cresceu 17,6% e a alemã, que já estava no topo, 4,6%. Temos poucos setores competitivos internacionalmente ao lado de uma enormidade de

empreendimentos pouco produtivos.

A produtividade não cresceu porque o Brasil combinou escolarização universalizada sem aprendizagem correspondente, investimento baixo (16% a 17% do PIB, ante 25% a 40% nas economias asiáticas que nos ultrapassaram), infraestrutura insuficiente, uma economia fechada, em que empresas protegidas da concorrência internacional não precisam melhorar para sobreviver, má alocação de recursos e um sistema tributário que penaliza cadeias produtivas longas. Além disso, o déficit público alimenta os juros que encarecem o crédito, dificultando a compra de equipamentos e a capacitação de trabalhadores, condições necessárias para elevar a produtividade – um vilão sustenta o outro. Para aumentar a produtividade, é necessário educação de qualidade, infraestrutura, segurança jurídica, abertura comercial calibrada e políticas de inovação.

Ajuste fiscal e aumento da produtividade são agendas complementares. Enfrentar só as contas públicas produz, no melhor caso, um país equilibrado, mas estagnado; enfrentar só a produtividade, sem credibilidade fiscal, esbarra no juro que trava o investimento. A saída que já funcionou lá fora foi tratar as duas agendas como uma agenda única – e é justamente essa combinação que a polarização ideológica dificulta.

O que pode ser feito. O Brasil é como um paciente obeso diante de dois médicos: um diz que basta dieta extrema; outro, que basta exercício e uma vida mais saudável. Dieta sem exercício – cortar gastos sem elevar a produtividade – deixa o paciente magro, mas doente. Vida saudável sem dieta – melhorar a qualidade de vida à espera de um crescimento “milagroso”

– mantém o paciente obeso. É necessário aumentar a eficiência do Estado, preservar políticas sociais essenciais e criar condições para o investimento privado e público: cortes indiscriminados podem reduzir serviços essenciais e aprofundar desigualdades, mas esperar um crescimento elevado sem melhorar a qualidade do gasto e a produtividade também não é solução.

A intervenção estatal pode contribuir para o desenvolvimento, desde que seja acompanhada de metas, avaliação, transparência e contrapartidas – políticas industriais, de infraestrutura e de inovação não devem servir a poucos, precisam produzir ganhos de produtividade, empregos qualificados e capacidade tecnológica. Uma intervenção estatal sem critérios reproduz ineficiências. Já uma estratégia neoliberal extremada pode gerar novas carências tanto sociais quanto econômicas, além de esbarrar em um ambiente político pouco favorável no Brasil. O caminho mais realista é construir uma agenda negociada, com ajuste fiscal gradual e crível, melhoria da qualidade do gasto, investimento em educação e infraestrutura, estímulo à inovação e fortalecimento da indústria competitiva.

O próximo governo precisará de legitimidade para sustentar um ajuste fiscal e uma estratégia de desenvolvimento duradouros. Posições autocráticas e truculentas não conseguirão isso. Será preciso um diálogo com todas as forças políticas e setores da sociedade, para construir um pacto estável e minimamente consensual, que sobreviverá à troca de governo porque nascerá de um consenso amplo sobre o que constrói o bem comum, contando com mecanismos que permitem corrigir o curso sem quebrar o pacto.

*Sociólogo e biólogo, editor dos Cadernos Fé e Cultura e Fé e Cidadania do jornal O SÃO PAULO